

Médicos Residentes do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus continuam paralisação por tempo indeterminado

Hospital Municipal Maternidade Escola de Vila Nova Cachoeirinha anuncia paralisação a partir de quinta-feira. Nova reunião de Médicos Residentes e Secretaria Municipal de Saúde está marcada para hoje

18/10/2016 13:52:50

Os médicos residentes clínicos de pediatria do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus paralisaram as atividades no dia 13 pelo cumprimento do acordo no final de 2015, para reajuste das bolsas, e a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo reajustou os valores em portaria assinada no dia 14. Uma vitória parcial do movimento, pois o reajuste concedido é para vigorar a partir de novembro, sem o pagamento dos retroativos a partir de março, conforme determinou a Portaria Interministerial nº 3, de 16 de março de 2016.

Euripedes Balsanufu Carvalho, assessor da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, e o João Palma, da Escola Municipal de Saúde, receberam ontem os Presidente da Associação dos Médicos residentes de São Paulo (AMERESP), Flávio Taniguchi e representantes dos médicos residentes do Menino Jesus, Daniela Dantas, Giovanna Giacomini, e Tessa Sasson. Na reunião a Secretaria manteve a posição de não realizar os pagamentos dos oito meses retroativos e com isto, em reunião ontem à noite, os médicos residentes decidiram continua em greve.

Nova reunião está marcada para hoje às 13h com Eurípedes, desta vez envolvendo o jurídico da Secretaria Municipal de Saúde.

Residentes de diversos hospitais e associações encaminham carta de apoio à paralisação e avaliam a possibilidade de também aderirem. O Hospital Municipal Maternidade Escola de Vila Nova Cachoeirinha já anunciou paralisação a partir de quinta-feira.

A AMERESP também informa que as bolsas de responsabilidade da Secretaria de Saúde do Governo do Estado de São Paulo ainda não foram reajustadas e que novas paralisações devem ocorrer.

Atualmente, todos os médicos residentes cujas bolsas são pagas pelo Ministério da Educação e

Ministério da Saúde estão recebendo os valores corrigidos, conforme acordados no final do ano passado, com os valores a partir de março. O mesmo acontece com quem está vinculado às secretarias estaduais e municipais do país inteiro (exceto São Paulo e cidade de São Paulo).

A Portaria Interministerial nº 3, de 16 de março de 2016, que determinou o pagamento de um aumento de 11,9% a partir do mês de março, foi a formalização do acordo feito no final de 2015 e a conquista do reajuste foi produto do Movimento Nacional de Valorização da Residência, que envolveu residentes de todo país durante a paralisação do final de 2015 que durou 14 dias e que batalhou por outras oito pautas tão importantes quanto a questão do reajuste.

Os residentes lamentam a intransigência e pouco caso com que a situação tem sido tratada. A paralisação, infelizmente, prejudica o atendimento à comunidade. No entanto, não é mais viável que categoria assuma sozinha o ônus pela manutenção de um serviço para o qual as autoridades responsáveis (Secretaria de Saúde) não reservam recursos suficientes para cumprimento de compromissos já firmados.